

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR  
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0000471-31.2018.8.10.0034 Apelante: FRANCISCO  
CARVALHO DE FRANCA Advogado: LUAN ALVES GOMES – OAB MA n. 19374 Apelado:  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL Relator: Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS  
SANTOS JÚNIOR Revisora: Desembargadora SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES  
RIBEIRO APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MINORANTE DO TRÁFICO  
PRIVILEGIADO. INCIDÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR  
RESTRITIVA DE DIREITO. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO PROVIDA. I. É cabível o  
reconhecimento do tráfico privilegiado se o réu é primário, sem  
antecedentes criminais e ausente prova segura de que se dedique à  
atividade criminosa ou integre organização criminosa. II. Consoante  
entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a causa de diminuição de  
pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 constitui direito  
subjetivo do réu, pelo que, observados os requisitos legais, a aplicação  
da mencionada causa redutora é medida que se impõe. III. A quantidade de  
droga apreendida, ainda que relevante, não constitui fundamento  
suficiente, por si só, para afastar a minorante do tráfico privilegiado,  
tendo impacto, porém, no percentual redutor a ser aplicado. Precedentes.  
IV. Não sendo o tráfico privilegiado crime hediondo, cabível a  
substituição da pena corporal ora redimensionada por penas restritivas de  
direito a serem devidamente estabelecidas pelo Juízo da Execução, tendo em  
vista o atendimento dos requisitos do art. 44 do Código Penal. V. Apelação  
criminal conhecida e provida. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO  
Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (ApCrim  
0000471-31.2018.8.10.0034, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS  
SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 31/01/2023)